

PLANO DE AÇÃO PARA RESGATE DE ANIMAIS EM DESASTRES AMBIENTAIS

Emely Carolina Arruda¹, Guilherme Dias Araujo¹, Marlos Gonçalves Sousa²

¹ Médico(a) Veterinário(a) residente em Medicina Veterinária do Coletivo. Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba-PR.

E-mail: ec_arruda@hotmail.com

² Docente do Departamento de Medicina Veterinária da Universidade Federal do Paraná – UFPR

Introdução: No Brasil, os desastres ambientais mais comuns são incêndios, enchentes e deslizamentos de terra. Assim como em outros países, há um sistema de proteção e defesa civil que possui órgãos específicos para ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservando o moral da população e restabelecendo a normalidade social. No entanto, tais ações legais visam exclusivamente a segurança e a recuperação das populações humanas. O presente trabalho propõe um plano básico de emergência focado na segurança dos animais de estimação de famílias vitimadas por desastres ambientais no Brasil.

Materiais e Métodos: Para criação do plano proposto, foram revisados os procedimentos operacionais padrão com animais em situações de desastres ambientais, assim como os planos de Contingência e de ação do Corpo de Bombeiros nas atividades de Defesa Civil para resgates humanos utilizados no Brasil. **Resultados e Discussão:** Além de levar em consideração a senescência dos animais para execução dos resgates, essas ações também geram benefícios na recuperação psicológica das vítimas humanas e garantia de subsistência de comunidades rurais. Para tanto, é necessário treinar a população com medidas preventivas e de ação, tais como: pré-definir um local como ponto de fuga; manter carteiras de vacinação e de vermifugação atualizadas; identificação individual (coleira com nome do animal e telefone do proprietário); disponibilidade de caixa de transporte proporcional ao tamanho do animal; albergar os animais no ponto mais seguro e alto da casa, livres nesse local, com oferta de água e comida, caso não seja possível a sua remoção durante a evacuação de emergência; o retorno para resgate deve ser realizado pela Defesa Civil e Corpo de Bombeiros. O Ministério da Integração Nacional, responsável pelo Sistema Nacional de Defesa Civil, em conjunto com as Secretarias Municipais de Saúde e Meio Ambiente dos municípios, deverão criar estratégias prévias que considerem a disponibilidade de profissionais habilitados e de estrutura preparada para recebimento, triagem, terapia e abrigo dos animais. **Conclusão:** A criação de planos de ação para resgate animal em desastres ambientais demanda bom planejamento estratégico e investimento de recursos por parte da defensoria e proteção civil, assim como treinamento qualificado dos profissionais envolvidos e a sensibilização da população acerca das ações preventivas básicas.

ENRIQUECIMENTO E MANEJO AMBIENTAL NO CANIL DO CENTRO DE ESTUDO EM CLÍNICA E CIRURGIA DE ANIMAIS DA PUC MINAS BETIM

Camila Molan Botton¹, Lucas Belchior Souza de Oliveira¹, Maria Isabel Vaz de Melo³, Rafahel Carvalho de Souza², Tais Soares Magalhães¹.

¹ Discentes Medicina Veterinária, PUC Minas Betim,

² Professor orientador, PUC Minas Betim;

³ Professor coorientador, PUC Minas Betim.

E-mail: cmolanbotton@yahoo.com.br

Introdução: O Centro de Estudo em Clínica e Cirurgia de Animais (CECCA) da PUC Minas Betim é um espaço acadêmico destinado ao ensino da prática clínica e cirúrgica para os alunos de Medicina Veterinária. O local possui um canil destinado à manutenção de cães utilizados nas práticas de semiologia e reprodução. Tendo em vista o espaço, as condições e a carga de trabalho exigida dos cães, medidas simples de manejo sanitário, ambiental e etológico podem influenciar de forma positiva o seu bem-estar, definido como o seu estado em relação às tentativas de adaptação ao seu meio ambiente e que está diretamente relacionado à saúde mental, física e interna *. O trabalho teve a finalidade de promover o bem-estar dos sete cães presentes no CECCA, com o emprego de práticas de enriquecimento ambiental, comportamental e de medidas sanitárias básicas. **Materiais e métodos:** O manejo sanitário incluiu vacinação anual (vacinas óctupla e antirábica), administração de antiparasitários, realização de exames clínicos e laboratoriais (hemograma completo, ureia e creatinina), banhos, uso de coleira repelente e fiscalização da higiene dos canis. Atividades com enriquecimento ambiental empregaram a construção caseira de brinquedo interativo (*buster cube*) e a realização de passeios diários de segunda à sexta-feira, durante 25 minutos em média, realizados por graduandos, monitores voluntários. Após as atividades os monitores preenchiem uma tabela referente ao comportamento do animal. O manejo etológico ocorreu a partir da modificação da atitude dos monitores frente aos animais, procurando reforçar comportamentos mais calmos e auxiliando os cães durante os passeios. **Resultado e discussão:** Os resultados obtidos constataram uma mudança positiva no comportamento de parte dos animais: dois cães apresentaram-se menos agitados e agressivos, outros dois cães com o mesmo comportamento anterior às atividades. No decorrer do projeto ocorreram alguns problemas como dificuldade de comunicação, planejamento e logística. Reuniões foram realizadas na tentativa de mitigar esses obstáculos. **Conclusão:** Ao final do semestre, pôde-se perceber o comportamento mais calmo dos animais e uma resposta positiva fornecida pelos funcionários que trabalham diretamente com os cães.

PROPOSTA DE FICHA DE AVALIAÇÃO DE MAUS TRATOS E TRAUMAS NÃO ACIDENTAIS EM CÃES E GATOS DURANTE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

Guilherme Dias Araujo¹, Emely Carolina Arruda¹, Mara Lúcia Gravinatti¹, Marlos Gonçalves Sousa², Rita de Cassia Maria Garcia²

¹ Médico(a) Veterinário(a) residente em Medicina Veterinária do Coletivo. Universidade Federal do Paraná. Curitiba-PR.

E-mail: guilherme.d.a@bol.com.br

² Docente do Departamento de Medicina Veterinária da Universidade Federal do Paraná – UFPR.

Introdução: Em alguns países, como EUA, Grã-Bretanha e Nova Zelândia, organizações, associações e conselhos veterinários produzem guias de reconhecimento e conduta para serem utilizadas por clínicos e cirurgiões em casos de suspeitas de maus tratos., O Brasil não dispõe desse tipo de procedimento e não dispõe de registros epidemiológicos de casos de abusos contra animais de companhia em clínicas e hospitais veterinários. O objetivo do presente trabalho é propor uma padronização de ficha de avaliação em casos suspeitos de maus tratos contra cães e gatos durante atendimento ambulatorial. **Materiais e Métodos:** Para a criação da ficha proposta, foi necessária a revisão das classificações de maus tratos contra pequenos animais e métodos de reconhecimento dos mesmos em manuais de boas práticas e guias de conduta sobre o tema, publicados em países estrangeiros. **Resultados e Discussão:** A ficha criada aborda a avaliação de suspeita de maus tratos a partir de três etapas: anamnese e exame físico do animal; perfil do proprietário; diagnóstico e classificação de maus tratos. As questões de anamnese e as avaliações realizadas durante o exame físico do animal são baseadas na busca de indicadores das cinco liberdades (nutricional, sanitária, ambiental, psicológica e comportamental) e possíveis lesões indicativas de traumas não acidentais. Quanto ao perfil do proprietário, as questões de anamnese abordam informações sobre guarda responsável de animais de companhia e a caracterização comportamental durante a consulta, em domicílio e em relação ao animal (nesse caso, vice-versa), além do nível de convívio social e familiar, nível socioeconômico e de instrução. A etapa de diagnóstico, de maus tratos ou não, compreende a interpretação conjunta das conclusões das etapas anteriores: o perfil comportamental apresentado pelo responsável e a falta de garantia de alguma liberdade básica ao animal. A classificação, em caso afirmativo de maus tratos, compreende abuso físico e/ou psicológico, negligência ou crueldade. **Conclusão:** Conclui-se que a ficha proposta serve como um guia a ser utilizado por veterinários clínicos e cirurgiões durante consultas em que se suspeite de maus tratos e que possibilitará a realização de estudos epidemiológicos futuros sobre a frequência de ocorrência desses casos.

PERCEPÇÕES SOBRE ZOONOSES EM TUTORES DE ANIMAIS PARTICIPANTES DE MUTIRÃO DE CASTRAÇÃO

Brunna de Andrade Lima Pontes Cavalcanti^{1,2}; Danubia de Sousa Silva^{1,3}; Maria Helena Costa Carvalho de Araújo Lima^{1,4}; Ariene Cristina Dias Guimarães-Bassoli^{1,5}

⁽¹⁾ Extensionista/Programa Adote um Vira-Lata/ CCB-UFPE; ⁽²⁾ Graduanda em Ciências Biológica/Ambientais e bolsista MEC/SESu, ⁽³⁾ Graduanda em Ciências Biológica/Ambientais e bolsista PIBEX, ⁽⁴⁾ Doutoranda em Sociologia –UFPE/Bolsista Capes, ⁽⁵⁾ Professora do Depto. Histologia e Embriologia-UFPE.

E-mail: brunnaandrade.ufpe@gmail.com

A população de cães e gatos cresceu de forma desordenada devido à carência de políticas públicas eficientes. Esse descontrole populacional afeta os animais humanos e não humanos podendo gerar problemas para a saúde pública. Essa problemática pode ser agravada pelo desconhecimento sobre as causas, formas de tratamentos e transmissão das zoonoses. Portanto, faz-se necessário a inserção nas ações educativas para tutores de animais de esclarecimentos sobre as principais zoonoses relacionadas aos cães e gatos. O Programa de Extensão Adote um Vira-Lata da Universidade Federal de Pernambuco promove, desde 2013, mutirões de castração para a comunidade em vulnerabilidade social. Enquanto os animais são operados, os tutores participam de um diálogo sobre a cirurgia, os cuidados no pós-operatório e a relação dos seus animais com a saúde pública. O presente trabalho consistiu na realização de entrevistas com os tutores dos animais atendidos no mutirão de castração destinadas a levantar o seu nível de conhecimento sobre as zoonoses, as suas possíveis causas e formas de transmissão. A pesquisa foi realizada com questões objetivas e subjetivas sobre zoonoses e sua relação com higiene e cuidados com o animal. A seleção dos entrevistados foi efetuada com base na quantidade de animais levados ao mutirão, com o mínimo de três animais, pois são os que possivelmente têm maior contato e correriam mais riscos. Foram entrevistados 17 tutores que, juntos, possuem um total de 179 animais. De todos eles 16 afirmaram que fezes e urina podem ser transmissores de doenças. Apesar de a sarna ser comum nas periferias e que muitos animais atendidos nos mutirões estarem acometidos por essa zoonose, apenas dois informantes citaram o toque como forma de contrair doenças. Quando perguntados sobre a leptospirose, 12 demonstraram conhecimento sobre transmissão e prevenção, apenas um demonstrou conhecimento sobre toxoplasmose (“doença do gato”), enquanto 14 não a conheciam e dois acreditavam que era uma doença transmitida com contato com os pelos dos gatos. De forma semelhante, a larva migrans cutânea (“bicho geográfico”) é desconhecida por 12 dos entrevistados. Entre os tutores, 14 têm animais que defecam e urinam na residência (quintal ou em caixa de areia) e, com exceção de um tutor, os demais realizam a higiene do local diariamente. Entretanto, dos seis tutores em que os respectivos animais também defecam nas ruas, apenas um recolhe as fezes, demonstrando a existência de uma maior preocupação com o domicílio que com o ambiente urbano. Entre as zoonoses, a raiva foi a mais conhecida, sendo citada por 15 informantes que mordida e a lambida podem transmitir doenças. Tal conhecimento provavelmente se deve às campanhas de prevenção oferecidas pelo governo, nas quais também poderiam ser incluídas informações sobre outras zoonoses, potencializando os aspectos de prevenção. Diante do exposto, percebe-se que, mesmo após as conversas educativas, há muito desconhecimento sobre zoonoses recorrentes, como sarna e larva migrans, bem como sobre a toxoplasmose, responsável por vários casos de abandono de felinos. Conclui-se, portanto, da urgente necessidade da intensificação do acesso da população a informações e campanhas educativas sobre zoonoses de animais domésticos, primordiais para o bem-estar animal e a promoção da saúde coletiva.